

CORDEIRÓPOLIS
ESTADO DE SÃO PAULO
BRASIL

== PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS ==

LEI Nº.1141

de 17 de junho de 1980

Autoriza a abertura de Créditos Especiais para execução de obras e infraestrutura e dá outras providências.

ELIAS ABRAHÃO SAAD, Prefeito Municipal de Cordeirópolis, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

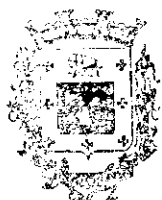
FAZ SABER que a Câmara Municipal de Cordeirópolis aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica o Executivo Municipal de Cordeirópolis autorizado a abrir, na Contadoria da Prefeitura Municipal de Cordeirópolis, créditos adicionais especiais de até o valor de Cr\$13.980.536,11 (treze milhões, novexentos e oitenta mil, quinhentos e trinta e seis cruzeiros e onze centavos), corrigíveis automaticamente, correspondentes a 25.575,399 UPC's (Unidade Padrão de Capital do BNH), para atender às despesas decorrentes com a execução das obras de infraestrutura e equipamentos comunitários, em Núcleo Habitacional a ser construído através da Companhia Estadual de Casas Populares-CECAP, neste Município, no prolongamento do Jardim Planalto.

Artigo 2º - Os custos das obras de pavimentação asfáltica, passeios, guias, sarjetas e energia elétrica, acrescidos de 10% (dez por cento) à título de remuneração pelos serviços administrativos, serão objeto de lançamento das respectivas taxas, previstas no Código Tributário Municipal, que serão devidas pelos proprietários ou possuidores a qualquer título dos imóveis beneficiados pelas obras.

Artigo 3º - A Prefeitura Municipal poderá conceder prazos de até 216 (duzentos e dezesseis) meses para recolhimento das taxas a que se refere o artigo anterior, às quais serão acrescidos juros, correção monetária e demais condições e encargos na mesma forma que os mesmos forem estabelecidos nos contratos de empréstimos autorizados pela Lei Municipal nº.1121, de 19 de setembro de 1979.

continua



CORDEIRÓPOLIS
ESTADO DE SÃO PAULO
BRASIL

- continuação -

Parágrafo Único - Ocorrendo atraso no recolhimento de quaisquer das parcelas mensais serão aplicados juros moratórios, multas e correção monetária de acordo com a legislação municipal vigente na data do efetivo recolhimento.

Artigo 4º - As taxas relativas à execução das redes de água e esgoto serão lançadas e arrecadadas pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto, em conformidade com o que dispõe a presente lei.

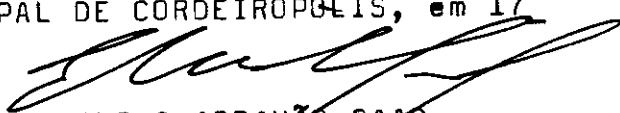
§ 1º.- As importâncias relativas a remuneração pelos serviços de administração, prevista no artigo 2º, desta lei, incorporadas nas taxas arrecadadas pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto, constituirão receitas daquela Autarquia Municipal, para fazer face às despesas com o lançamento e arrecadação das taxas de execução de redes de água e esgoto.

§ 2º.- O Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) contabilizará extraorçamentariamente a receita prevista neste artigo e, durante o mês seguinte ao da arrecadação, recolherá aos cofres da Prefeitura Municipal o produto arrecadado deduzindo-se no ato a parcela que lhe é devida de acordo com o parágrafo anterior.

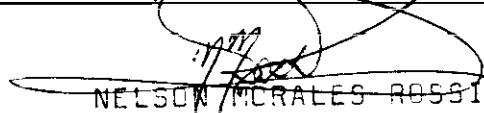
Artigo 5º - Os créditos autorizados pelo artigo 1º, desta lei, terão vigência até 31 de dezembro de 1981 e serão cobertos com os recursos provenientes dos empréstimos autorizados pela Lei Municipal nº.1121 de 19 de setembro de 1979

Artigo 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS, em 17 de junho de 1980


ELIAS ABRAHÃO SAAD
- Prefeito Municipal

Publicada no Paço Municipal de Cordeirópolis,
em 17 de junho de 1980.


NELSON MORAES ROSSI
- Secretário -